

MENINOS E MENINAS À BAILAR! A PERCEPÇÃO DE PROFESSORES E PROFESSORAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA SOBRE A GENERIFICAÇÃO E SEXISMO DAS PRÁTICAS ESPORTIVAS NAS ESCOLAS

GENDER PERSPECTIVES AT PLAY: THE PERCEPTION OF PHYSICAL EDUCATION TEACHERS ABOUT GENDER AND SEXISM IN SPORTS PRACTICES IN SCHOOLS

Alessandra Carvalho Leite
orcid.org/0000-0002-7765-3718
alessandra.carvalho@edu.se.df.gov.br

Graduada em Educação Física pelo Unieuro, pós-graduada em Psicomotricidade e Educação Inclusiva (UniBF), professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal e membra do Grupo de Estudos Socioculturais e Pesquisa em Educação Física do Centro Universitário Euro-Americano.

Paula Viviane Chiés
orcid.org/0009-0001-4828-1126
paulapvc@gmail.com

Docente efetiva da Universidade Estadual de Goiás – UEG. Líder do Grupo de Estudos Socioculturais e Pesquisa em Educação Física (GESPEF-UEG).

RESUMO

O gênero relaciona-se aos processos culturais que operam por meio de relações de poder, fabricando padrões hegemônicos, baseado em corpos sexuados. O objetivo do estudo foi a analisar a percepção de professores e professoras de Educação Física sobre a *generificação* e sexismo na delimitação das práticas físico-esportivas em núcleos de atividades extracurriculares e complementares de escolas privadas em Brasília - DF. Foi aplicada entrevista semiestruturada a uma amostra de 10 professores, cinco homens e cinco mulheres, atuantes com diferentes práticas esportivas propostas no âmbito extracurricular para alunos e alunas do ensino fundamental. As entrevistas investigaram as concepções de professores e professoras perante a caracterização de suas práticas pedagógicas no enfrentamento às desigualdades de gênero e a *generificação* das práticas esportivas oferecidas no contexto extracurricular da escola. Os resultados sinalizaram que os/as entrevistados/as atuam com a separação por gênero nas equipes, justificando-a por perspectivas biologizantes, e a identificação do termo gênero reduzido à sexualidade.

Palavras-chaves: Educação Física; gênero; práticas físico-esportivas; escola.

ABSTRACT

Gender is related to cultural processes that operate through power relations, manufacturing hegemonic patterns, based on sexual bodies. The aim of the study was to discuss gender inequalities and gender in the delimitation

of physical-sports practices in extracurricular and complementary activities in private schools in Brasília - DF. A semi-structured interview was applied to a sample of 10 teachers, five men and five women, working with different sports practices proposed in the extracurricular scope for students of elementary school. The interviews investigated the conceptions of teachers regarding the characterization of their pedagogical practices in combating gender inequalities and the gendering of sports practices offered in the extracurricular context of the school. The results indicated that the interviewees conduct gender separation in the teams, justified by biological perspectives, and the identification of the term gender is synonymous to sexuality.

Keywords: Physical Education; gender; sports practices; school.

INTRODUÇÃO

A discussão sobre gênero não abarca apenas as questões sociais pertinentes a homens e mulheres, ou seja, superando-se a visão biológica correlacionada aos sexos (Beauvoir, 2009), mas também aborda as identidades forjadas a cada época perante a normatização dos comportamentos, sobretudo, à sexualidade (Butler, 2014). A expressão esportiva de meninos e meninas é definida pela caracterização diferenciada do que é feminino e do que é masculino, a isso reporta-se também à gentrificação no campo das práticas esportivas. Nota-se no contexto das práticas corporais algumas segmentações que foram historicamente definidas como intransponíveis para os gêneros, para isso foram engendrados pré-requisitos como o vigor, a força e a resistência, elementos que se sobressaem como características associadas à prática esportiva, mas também socialmente vinculadas a preceitos de masculinidade.

A Educação Física (EF) atualmente tem ocupado um espaço relevante nos Estudos de Gênero, sedimentando uma produção acadêmica para a análise da coeducação e generificação das práticas esportivas, em diferentes contextos, inclusive, nas escolas. Deive (2020) salienta que a EF tem acompanhado a tendência de outras áreas como História, Psicologia, Educação, Filosofia, Sociologia e Literatura, passando a refletir sobre o Gênero e contestando o argumento que historicamente justificou desigualdades de ordem cultural entre os sexos, a partir de determinantes biológicos, tanto para a inserção, quanto para a vivência nos diversos campos das práticas corporais.

Estudos exploratórios desenvolvidos nos últimos anos com a finalidade de caracterizar os Estudos de gênero na Educação Física, ressaltam o consenso na ideia de que o desporto é um âmbito considerado masculino, em que as mulheres têm as suas identidades de gênero e sexualidade questionadas por essa estereotipia da masculinização, conclui-se que afora haver práticas físico-esportivas assim definidas pela sociedade como femininas ou masculinas, a prática esportiva em sua essência foi considerada historicamente como própria ao mundo masculino (Deive *et al.*, 2011, 2020; Deive, 2020).

A partir da produção acadêmica na área de Educação Física, Chan-Vianna, Moura e Mourão (2010), analisaram as argumentações que sustentam a afirmação de discriminação das meninas nas aulas de Educação Física, para isso utilizaram quatro categorias para análise das pesquisas: a) as propostas das pesquisas; b) discriminação e as aulas de Educação Física; c) a esportivização e o sexismo; d) o conceito de sexismo. No referido estudo, todas as pesquisas analisadas afirmaram que uma das causas da discriminação nas aulas de Educação Física é a esportivização, não tendo sido identificados argumentos que sustentem o gênero como a principal categoria de exclusão das meninas nas atividades, por outro lado, existe uma série de relatos que salientam que as habilidades para a prática esportiva são preponderantes para a exclusão das meninas nas aulas.

A generificação das práticas corporais na cultura escolar foi reportada por Helena Altmann (1998, 2015, 2018) em diferentes estudos, ressaltando que a referência para análise tem sido

as diferenças biológicas entre homens e mulheres, assim transformadas em desigualdades em relação a oportunidades, espaços e sociabilidades restritas no ambiente escolar a determinado gênero. De acordo com Altmann, Ayoub e Amaral (2011), ocorre um processo de hierarquização em relação ao feminino e masculino, em consequência das relações de poder que se estabelecem no ambiente da Educação Física. Esse âmbito é verificado em diferentes circunstâncias da aula, como nos aspectos da composição e intervenção dos conteúdos, em particular, nas relações alunos/as x professores/as e alunos x alunas.

Diante desse contexto, o presente estudo analisou a percepção de professores e professoras de Educação Física sobre a generificação e o sexismo em práticas físico-esportivas desenvolvidas como atividades extracurriculares e complementares de escolas de educação básica.

MÉTODOS

Participantes

Foi investigado no estudo o contexto de desenvolvimento de prática físico-desportivas como atividades extracurriculares/complementares oferecidas por uma instituição de ensino (educação básica) privada de Brasília (DF). Na escola investigada, além das aulas de Educação Física como componente curricular obrigatório, para o ensino fundamental e médio, há um *Núcleo de Atividades Extracurriculares e/ou Complementares* (NAEC) que desenvolve atividades com os/as estudantes no contraturno de aula. A escola possui atividades extracurriculares/complementares (AEC) de diferentes direcionamentos, tanto para estudantes, quanto para a comunidade, e divididas nos seguintes setores: Idiomas, Artístico, Esportivo, Fitness, Natação, além de atividades circenses, robótica, aulas de teatro, xadrez, assim como, aulas de música com o teclado e o violão.

Em específico às práticas físico-desportivas são delimitadas duas categorias – *feminino* e *masculino*, com o desenvolvimento do atletismo, Balé, Basquetebol, Capoeira, Futsal, Ginástica Artística, Ginástica Rítmica, Handebol, Iniciação Esportiva, judô, Karatê, Natação, *Street Dance* e Voleibol. Essas práticas são desenvolvidas para meninos e meninas, com exceção de *Balé*, Jazz e Ginástica Rítmica que não apresentam turmas para o gênero masculino.

O estudo foi realizado com os professores e professoras especificamente das atividades esportivas deste NAEC. A amostra do estudo foi composta por cinco professoras (M1; M2; M3; M4 e M5) e cinco professores (H1; H2; H3; H4 e H5) (Quadro 1):

Quadro 1 – Atividades (aulas) desenvolvidas pelos/as participantes do estudo

Professores	Aulas ministradas	Professoras	Aulas ministradas
H1	Ginástica	M1	Balé
H2	Natação	M2	<i>Street Dance</i>
H3	Judô	M3	Dança Livre
H4	Handebol	M4	Ginástica
H5	Atletismo	M5	Natação

Fonte: Elaborado pelo autor.

A definição da amostra seguiu os ulteriores critérios de inclusão: a) os/as professores/as que trabalham com as modalidades esportivas consideradas exclusivas a um determinado gênero, ou seja, que **são realizadas apenas com meninos ou meninas**; b) professores/as que trabalham no período de 2º ao 9º ano do Ensino Fundamental, considerando-se que no citado período, essas atividades apresentam maior número de alunos/as, também maior amplitude de oferecimento

de práticas e caracterização competitiva; e c) participação equânime (mesmo quantitativo de homens e mulheres) de professores e professoras no estudo.

Procedimentos e Instrumentos

Para obtenção de dados referentes ao contexto de práticas e atuação do núcleo de atividades, foram desenvolvidas 10 entrevistas semiestruturadas (Bauer; Gaskell, 2010) com os respectivos professores e professoras. Os/as participantes foram convidados/as a comporem o estudo por meio da apresentação de um *termo de consentimento livre e esclarecido*.

No estudo foram delimitadas as seguintes perguntas (questionamentos) no roteiro das entrevistas: Q1) Como são definidas as atividades esportivas a serem realizadas pelos meninos e pelas meninas? Qual a justificativa?; Q2) Caso os pais de determinada criança tenham interesse na participação de seu(sua) filho(a) em alguma prática considerada exclusiva de determinado gênero, qual seria o procedimento?; Q3) Você percebe desigualdades entre os gêneros nas práticas esportivas realizadas no NAEC?; Q4) Qual a sua interpretação e perspectiva crítica em relação a essas desigualdades?; Q5) Em relação à separação por gênero, quais as possibilidades de mudanças nas práticas esportivas que são desenvolvidas no NAEC?; Q6) Como o(a) professor(a) pode intervir neste contexto?

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As interlocuções foram, primeiramente, transcritas e seu conteúdo organizado através de proposições como unidades de análise (Bakhtin, 1997). Perante a análise dos resultados, no âmbito da Q1, surgiram duas categorias de análise. Na categoria 1 foi evidenciado que 70% da amostra (H1, H2, H3, H4, H5, M1, M2) compreende suas aulas como “mistas” ou separadas, pois trabalham com essas duas organizações de aula, dependendo da faixa etária. De acordo com 30% da amostra (categoria 2), sendo apenas professoras na categoria de atividades rítmico-expressiva, consideram que as aulas poderiam ser mistas, mas que os meninos não procuram por Dança, isso por uma definição cultural (M3, M4 e M5).

Referente à categoria 1 (Aulas Mistadas), os/as professores/as ao serem indagados/as sobre o significado do termo gênero, H1 ressaltou: “[...] aqui no colégio as atividades são lúdicas”, reportando essa afirmação como comprovação a não existência de *generificação* nas práticas esportivas oferecidas pela escola. Altmann, Ayoub e Amaral (2011) afirmam que muitos professores/as não consideram as questões de gênero no planejamento anual das atividades, ademais, os/as professores/as, em torno de suas ações, reforçavam discursos que evidenciavam a segregação por gênero nas aulas.

No caso da presente pesquisa, foram as capacidades e diferenças físicas, elementos passíveis à influência do conjunto de experiências físico-motoras, as quais são influenciadas pelas construções de gênero, que justificaram o fato de em alguns momentos, meninos e meninas fossem separados, como se observa na fala de H4: “[...] a diferença, ela é nítida, a gente sabe que a fase de desenvolvimento, tanto motor como cognitivo dos alunos elas apresentam habilidades diferentes. Então é importante ele ter força, é importante ele ter potência, é importante ele ser habilidoso [...]”. Diante do relato, constata-se que o docente enfatiza as diferenças físicas como “importante” aspecto para a separação por gênero na modalidade e, por essa perspectiva, é possível que as meninas que não tenham certas habilidades físicas plenamente desenvolvidas sejam excluídas da prática esportiva.

Os/as professores/as, de forma geral, entendem que suas aulas são mistas, pois não há restrição de matrícula, seja de meninos, seja de meninas, nas modalidades esportivas oferecidas pelo NAEC, como observa H1: “[...] sem problema nenhum, elas são abertas para os dois gêneros”.

Porém, na modalidade *Dança* não existe a participação de nenhum menino na atividade. Tal falta foi justificada pela não procura dos meninos pelas atividades relacionadas às expressões rítmicas, como é salientado na fala da professora M3: “[...] elas podem ser mistas, mas não têm procura de meninos”. M4 ressalta que a separação de homens e mulheres nas práticas esportivas é dada “[...] pela questão cultural, o que já existe forte na nossa cultura, principalmente no futebol”.

A partir da Q2, todos os entrevistados ressaltaram que há *participação livre* nas práticas esportivas oferecidas pela instituição, mas os pais *não* matriculam seus filhos e filhas em determinadas práticas. Diante do fato de que a participação é livre nas modalidades oferecidas pelo núcleo e de que, nas modalidades rítmico-expressivas, os pais não matriculam os filhos, os/as docentes atribuem essa responsabilidade à família, como é constatado na fala “[...] não é definido, a própria família ou a criança que define” (M5). H2 ressaltou em relação à participação de meninas e meninas nas práticas esportivas: “[...] sim, com certeza. Para todo mundo existe uma abertura muito boa no núcleo”. Todavia, na escola, as práticas rítmicas-expressivas como o balé e o jazz, e mesmo a ginástica rítmica, não são atividades oferecidas aos meninos.

As atividades rítmico-expressivas atuam com a participação exclusiva das meninas, fato compatível com o estudo de Fonseca Jr. e Deive (2010), o qual argumentam que a *Dança* é associada historicamente às mulheres, construindo estereótipos que as afastaram de outras atividades consideradas “masculinas”. Nesse contexto, a Educação Física escolar e as atividades corporais passaram a ter seus conteúdos divididos em dois campos mutuamente exclusivos, que não se complementam: os *jogos esportivos*, que reforçavam a masculinidade e faziam dos homens indivíduos sadios, fortes e superiores; e em práticas esportivas em relação às mulheres: as *atividades rítmicas*, que reforçavam a graça e a leveza, características associadas às mulheres e mães (Chiés, 2019).

A partir da Q3 observou-se que 30% dos/as participantes do estudo confundiram o conceito de Gênero e Sexualidade (H1, M1 e M5), enquanto 70% da amostra conseguiu diferenciar conceitos de gênero e sexualidade (H2, H3, H4, M2, M3, M4 e H5). No primeiro grupo, foi identificada uma confusão entre o conceito de gênero e sexualidade:

[...] então, fora da ginástica, pra mim, são todos seres humanos e fazem o que quiser da vida. Dentro da ginástica, a gente diferencia o exercício masculino do exercício feminino [...]”. “[...] Ah...independente de meninos com meninas, de meninas com meninas e meninos com meninos, e aconselho que, se você tem um certo carinho por outro indivíduo, que se manifeste fora da escola para evitar problemas com a escola, por mim respeito a orientação dele, o que ele preferir” (M1).

Esse equívoco conceitual também foi identificado na fala de M5: “[...] sim, ah... o modo de agir, né? Até entre eles as brincadeiras entre eles assim [...] tem um da natação que é bem, bem, bem claro mesmo que ele só prefere brincar com as meninas. [...] Então ele já tem sete anos e já demonstra que já tem essa mudança de gênero”. Infere-se que, no contexto da pesquisa, os/as professores/as entendem as modalidades consideradas exclusivas a um determinado gênero sob a perspectiva *heteronormatividade*, por isso, confundem gênero e sexualidade. É necessário questionar algumas afirmativas como “meninos na dança, e que apresentam gestos delicados, são gays, [...], mas é coisa de mulherzinha, coisa de viadinho tem muito [...]” (M3).

Ao padrão de normalização é empregado um juízo de valor de condenação, já no discurso, pois a todos aqueles indivíduos com uma identidade de gênero “fora” desse padrão seria relacionado, de maneira implícita, ao signo do destoante ou do a-normal/anormal. Uma das vertentes de análise dessa padronização nas práticas sociais é o atendimento à heteronormatividade, supõe-se que nesses discursos apresenta-se a norma de que você somente reconhece ou identifica de qual

gênero aquela determinada pessoa, a partir da averiguação de sua prática sexual, ou seja, se essa atende aos quadros normativos do comportamento sexual “aceitável” ou não para o seu gênero, ou a seu sexo (Butler, 2014).

O conteúdo dos relatos evidenciou que os professores e professoras envolvidos no estudo identificam desigualdades entre os gêneros no decorrer das aulas, e o modo de agir de cada menino e menina, nas suas respectivas habilidades motoras, conforme evidenciado por M4: “[...] com certeza. A diferença é nítida. A gente sabe que a fase de desenvolvimento, tanto motor como cognitivo dos alunos elas apresentam habilidades diferentes, quanto mais novos os meninos normalmente já têm uma aptidão um pouco maior que as meninas e há essa pequena diferença”. No discurso dos professores e professoras há a utilização da palavra “diferença”, mas pelo contexto investigado observa-se que, na verdade, existem desigualdades e sexismo demarcados pelas possibilidades de prática e valorização da expressão esportiva desenvolvida por meninos e meninas na escola.

As discrepâncias de habilidades motoras entre meninos e meninas, como causa e conflito, é observada e analisada em outras pesquisas. Durante algum tempo, essas diferenças foram consideradas inatas e biológicas, contudo, com a contribuição dos *Estudos de gênero*, compreende-se que tais diferenças são construídas social e historicamente como desigualdades entre os gêneros, cerceando oportunidades às mulheres, e discriminando aquele ou aquela que busque ultrapassar as margens dessa separação, portanto, acabam gerando *desigualdades*. As diferentes formas de educar os corpos de meninos e meninas, desde a primeira infância, corroboram com a discriminação e desigualdades entre os gêneros nas habilidades motoras (Leite; Feijó; Chiés, 2016).

Em um estudo por Altmann *et al.* (2018) realizado em escolas públicas, composta por um total de 1742 estudantes, provenientes de 39 escolas – 31 da rede estadual e 8 da rede municipal –, distribuídos em 30 classes do 8º ano e 31 classes do 9º ano do ensino fundamental, envolvendo aproximadamente 20 municípios de São Paulo, as autoras destacaram que a cultura corporal de movimento manifesta nas aulas de Educação Física, tem se demonstrado mais frequente e regular entre os meninos do que entre as meninas. Elas revelam menor interesse e se consideram menos competentes do que os meninos em relação às práticas. Além disso, suas percepções a respeito do apoio social recebido para a prática são inferiores às dos meninos, bem como é inferior sua expectativa de prática futura.

Os/as docentes no presente estudo relataram que, muitas vezes, os meninos consideram as meninas sem habilidade ou incapazes de realizarem práticas esportivas coletivas, por isso, utilizam de recursos durante o jogo para, por exemplo, evitar o passe de bola a elas.

[...] normalmente os meninos procuram trabalhar mais eles, menino com menino, né, pensando que muitas das vezes eles veem que as meninas não desenvolveram completamente ainda essas valências físicas, então eles procuram trabalhar mais entre eles, então, num jogo mesmo onde a gente faz um joguinho misto, a gente observa muito durante um tempo que os meninos só tocam bolas para os meninos, eles evitam um pouco as meninas, né?” (H4).

Rosa, Souza e Borges (2020) ao analisarem as formas de preconceito/discriminação contra mulheres alunas e professora as aulas de Educação Física na turma do nono ano de uma Escola do Município de Camapuã/MS, trouxeram dados que corroboraram a manifestação de preconceito e discriminação por parte de alunos em relação à participação das meninas durante as aulas de Educação Física, inclusive em aceitar que as aulas de treinamento sejam ministradas por uma professora, pois, em suas concepções, a “professora” não tem domínio de futebol e não viabiliza

os jogos dentro do que eles desejam com a prática. Afora, deve-se salientar que o desinteresse pelo futebol/futsal por parte das meninas menos habilidosas e a resistência dos meninos em jogar com as meninas, são resultado de “tecnologias” de gênero que se sobrepõem não só aos alunos e alunas, mas também aos professores/as que acabam contribuindo com as normas sociais de gênero estabelecidas (Schönardie *et al.*, 2023).

Durante a pesquisa, H4 sinalizou que faz adaptações nas regras das modalidades esportivas para que exista a participação de todos/as de forma efetiva:

[...] a gente procura, às vezes, adaptar algumas atividades onde a gente não deixe as meninas de fora, que faz com que ela comece a participar, como por exemplo: às vezes a gente vai fazer um joguinho de handebol, então a gente põe uma regrinha, que só vale fazer gol quando a bola passar na mão de todos, para que as meninas possam estar participando, e possa ser mais ativas nas atividades, então a gente vai adaptando as nossas aulas de acordo com as necessidades que a gente vai tendo ali no dia a dia.

Os estudos de gênero evidenciam que essas mudanças de regras no Esporte, mesmo que válidas, não corroboram com a equidade, apenas solucionam um aspecto, mas criam outros conflitos, uma vez que quebram a dinâmica do jogo e, ao final da mudança, as meninas são culpadas pelas alterações das regras criadas para atendê-las (Altmann, Ayoub, Amaral, 2011).

O futebol no Brasil tem sido uma referência nacional de *Generificação* no Esporte, o estudo de Nicolino e Oliveira (2020) analisou uma experiência pedagógica desenvolvida com estudantes do Ensino Fundamental, de uma escola pública de Goiânia, visando ampliar as vivências corporais escolares por meio do futebol, possibilitadas pelo empoderamento, diálogo e ocupação dos espaços por parte das estudantes. Observou-se no referido estudo que a divulgação das questões técnica, tática e física das jogadoras sempre são associadas, classificadas e hierarquizadas segundo parâmetros ‘masculinos’, de tal forma, que para serem descritas, em suas glórias e/ou dificuldades, o futebol jogado por mulheres é antes e, sobretudo, reconhecido como jogado por homens.

Frente à Q4, quando indagados sobre suas visões ou perspectivas críticas sobre as desigualdades de gênero, 50% da amostra *não identifica essas desigualdades* (H1, H2, M1, M2 e M5); e o restante dos/as entrevistados/as concebem essas desigualdades apenas como diferenças físicas e culturais (H3, H4, H5, M3 e M4). Também foi instigado aos/as professores/as sobre como pensam possibilidades de mudanças desse contexto sexista (Q5) e o papel da Educação Física (Q6) nesse desafio.

Com relação a Q5, 80% da amostra não conseguiu responder à interrogação acerca da possibilidade de mudanças nas práticas esportivas desenvolvidas pelo núcleo (H1, H3, H4, H5, M1, M2, M3 e M5); 20% compreendem a possibilidade de mudanças como um processo cultural, que aos poucos vai possibilitando possíveis resultados (H2 e M4). Para M4, os aspectos de processos culturais aparecem de maneira evidenciada: “[...] mas a gente tem o exemplo forte que é o balé e o judô, que culturalmente já se separam por meninos e meninas. [...] a ginástica sofre um pouco também por essa visão, né, um pouco mais segregadora no sentido de ser um esporte praticado por mulheres [...]”.

Perante a Q6, pode-se inferir que 40% dos/as participantes relatam que conseguiriam intervir no contexto da aula em uma perspectiva de gênero, mas que nunca precisaram (H2, M1, M2 e M3); 50% da amostra relata que consegue intervir, e que já o fizeram em situações de *bullying* no contexto de aula (H1, H3, H5, M4, M5); 10% fazem intervenções mostrando as diferenças entre os gêneros (H3); 10% afirmam que fazem intervenções com adaptações nas regras do Esporte para que exista uma participação ativa no jogo pelos meninos e pelas meninas (H4);

Observa-se que os/as professores/as afirmam sobre a competência para intervenção em uma perspectiva de gênero, como evidenciou o relato de M3: “[...] sim, sem dúvidas”. Contudo, quando solicitada uma explanação sobre essas intervenções, os/as participantes do estudo não conseguiram descrevê-las ou contextualizá-las com precisão: “[...] não, na verdade eu nunca tentei. Não sei se eu consigo, talvez consiga. Mas nunca me vi numa situação que eu precisasse”.

Estudos anteriores (Gesser; Oltramari; Panisson, 2015; Araújo; Deive, 2019) já evidenciaram que há um problema premente na formação inicial em Educação Física, que, grosso modo, não prepara o indivíduo egresso para a intervenção pedagógica na perspectiva de gênero, nota-se, inclusive, um limitado potencial de análise crítica da categoria “Gênero” no contexto de intervenção, isso não possibilita ao educador selecionar as melhores estratégias de enfrentamento a essas desigualdades. Afora, identifica-se um processo contínuo de *naturalização* das desigualdades colocadas à baila nas entrevistas, o que mascara as consequências dessas discriminações e estagnam as práticas pedagógicas a um olhar ainda tradicional e conservador.

A prática pedagógica é marcada por uma intencionalidade, nenhuma intervenção é neutra, mas sim carregada de “escolhas” realizadas pelos professores, em que se deve considerar, suas opções político-pedagógicas, tendências, concepções de mundo, ensino, aprendizagem, portanto, a Educação Física enquanto *prática social* deve conduzir o seu trabalho pedagógico de forma *intencional e sistematizada* para o enfrentamento às desigualdades de gênero. Essas intervenções não podem ser aleatórias, mesmo que bem-intencionadas, pois exigem planejamento e formação do educador perante as repercussões do gênero enquanto categoria analítica no desenvolvimento do processo ensino aprendizagem.

O universo das práticas físico-esportivas desenvolvidas nas escolas tem, em latência, valores impregnados do enquadramento polarizado: o forte e o fraco, o hábil e o inábil, o apto e o inapto etc. Não por acaso, essas polarizações são refletidas na prática esportiva, que sempre estiveram segregadas pela questão de gênero. Durante as entrevistas, foram relatadas algumas situações nas quais as desigualdades de gênero foram evidenciadas, entretanto, alguns docentes não as reconheceram: “[...] não, eu não vejo como diferenças não, eu vejo como alguns cuidados, né?” (H3). Na tentativa de justificar o sexismo presente nas aulas de Educação Física, os professores e as professoras fundamentaram-se em concepções biologicistas, que naturalizam a construção do corpo feminino como mais “fraco” e o corpo masculino como “forte”, reforçando, assim, o reducionismo e o determinismo perante o que seria próprio do homem e da mulher, concretizando um campo pré-definido de expressão e atuação. “[...] os meninos já apresentam talvez pela fase de conter mais testosterona, essas coisas um pouco mais de força que é importante para o handebol [...]” (H4).

Louro (2003a, 2003b, 2004) acredita que uma noção singular de gênero e sexualidade vem sustentando currículos e práticas de nossas escolas, sendo consenso que a instituição escolar tem obrigação de nortear a formação de padrões que, no gênero, são compreendidos como apenas um modo adequado, legítimo, normal de masculinidade e de feminilidade e uma única forma sadia e normal de sexualidade, - a heterossexualidade. Para Deive (2020) é um desafio educacional contemporâneo a necessidade de criação e difusão de uma ‘pedagogia para a diversidade’, que eduque indivíduos para uma prática social de respeito e valorização das diferenças de ordem estética, religiosa, étnico-racial, de classe, gênero ou sexualidade. O que reporta novamente ao imperativo de (des)generificação das práticas esportivas nas escolas, sejam elas curriculares ou extracurriculares, elucidando a desconstrução dos processos de naturalização das expressões de gênero, ou mesmo, combate a comportamentos, discursos e práticas pedagógicas que reforcem a heteronormatividade e o sexismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que a definição cultural e histórica do Esporte no contexto de práticas corporais exercidas pelos/as estudantes, no qual os corpos dos meninos e das meninas são educados diferentemente, incentiva-se determinadas modalidades esportivas como o futebol para os meninos, e delega-se atividades rítmico-expressivas para as meninas. Desse modo, as histórias de vida, condições socioeconômicas, experiências motoras, acervo cultural e interesses distintos dos/as estudantes não são observados pelos/as docentes, favorecendo concepções estereotipadas do “feminino” e “masculino”. Problematizar e romper com essas práticas viabiliza um caminho ou possibilidade de desconstruir tais concepções e convenções que perpetuam as desigualdades e exclusão.

A formação dos/as docentes ainda não abrange a questão de gênero de forma satisfatória, nem na graduação, nem na formação continuada. Na graduação, dificilmente encontram-se disciplinas obrigatórias específicas sobre Educação Física e relações de gênero, por isso, os *Estudos de gênero* inseridos na formação docente são imperiosos para que haja uma prática pedagógica efetiva e combativa a preconceitos.

Conclui-se, como válidas, pesquisas que abordem as reflexões e considerações sobre as questões de gênero em outros ambientes da EF, e não apenas em ambientes escolares, para que seja possível desmistificar conceitos pré-estabelecidos, propostas de enfrentamentos a discriminações e abordar a valorização da diversidade em todos os aspectos, pois é papel da Educação Física proporcionar a reflexão sobre processos excludentes pelos quais homens e mulheres foram submetidos ao longo da história das manifestações da cultura corporal.

Futuros estudos devem se atentar à importância em coadunar as perspectivas levantadas pelos entrevistados/as, no caso professores e professoras com os próprios alunos e alunas e suas percepções sobre a participação nas práticas esportivas oferecidas pelas escolas. Outro âmbito importante a ser destacado é a necessidade de mais estudos que possam, inclusive, diferenciar a conotação da prática esportiva proposta a esses núcleos de atividades extracurriculares, visto que se infere que haja um contexto diferenciado das práticas esportivas realizadas no período curricular das aulas de Educação Física.

Constata-se que como prerrogativa comum em diferentes escolas, as práticas esportivas extracurriculares são trabalhadas com a prevalência de dimensões competitivas. Muitos profissionais justificam essa conjuntura pelas exigências de resultados que os gestores das instituições estabelecem aos professores de EF envolvidos na formação e treinamento das equipes aos campeonatos interescolares. Essa cultura impregna com seus valores competitivos de rendimento, todas as práticas que também devem ser trabalhadas no contexto escolar curricular, tornando-se abstruso separar a visão meritocrática dos resultados e sexista assumida nas práticas extracurriculares da escola, sem esbarrar ou sobrepor suas prerrogativas também nas suas práticas curriculares.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, Helena; AYOUB, Eliana; AMARAL, Silvia Cristina Franco. Gênero na prática docente em educação física: “meninas não gostam de suar e meninos são habilidosos ao jogar”? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.19, n. 2, p. 491-501, maio/ago. 2011.

ALTMANN, Helena. **Educação Física escolar**: as relações de gênero em jogo. São Paulo: Cortez, 2015.

ALTMANN, Helena *et al.* Gênero e cultura corporal de movimento: práticas e percepções de meninas e meninos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 01, p. 1-16, 2018.

- ARAÚJO, Ana Beatriz Carvalho de; DEVIDE, Fabiano Pries. Gênero” e “sexualidade” na formação em Educação Física: uma análise dos cursos de licenciatura das instituições de ensino superior públicas do Rio de Janeiro. **Arquivos em Movimento**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 25-41, 2019.
- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BUTLER, Judith. Regulações de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 42, p. 249-274, jan./jun. 2014.
- CHAN-VIANNA, Alexandre Jackson; MOURA, Diego Luz; MOURÃO, Ludmila. Educação Física, gênero e escola: uma análise da produção acadêmica. **Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 02, p. 149-164, abr./jun. 2010.
- CHIÉS, Paula Viviane. Você desiste? Não desisto, e vou ficar bem na frente! O sexismo nos relatos orais de professores de Educação Física. **RECORDE: Revista de Histórica do Esporte**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 1-27, jan./jun. 2019.
- DEVIDE, Fabiano Pries. Estudos de gênero na Educação Física brasileira: entre ameaças e avanços, na direção de uma pedagogia queer. In: WENETZ, Ileana; ATHAYDE, Pedro; LARA, Larissa (org.). **Gênero e sexualidade no esporte e na educação física**. Natal: EDUFRN, 2020 (Ciências do esporte, educação física e produção do conhecimento em 40 anos de CBCE; v. 6). p. 91-106.
- DEVIDE, Fabiano Pries *et al.* Coeducação e educação física escolar: uma ferramenta para abordar as relações de gênero nas práticas corporais. **Cadernos de Formação RBCE**, [s.l.], p. 48-60, set. 2020.
- DEVIDE, Fabiano Pries *et al.* Estudos de gênero na Educação Física Brasileira. **Motriz**, Rio Claro, v. 17, n. 1, p. 93-103, jan./mar. 2011.
- FONSECA JÚNIOR, José Carlos Oliveira da; DEVIDE, Fabiano Pries. Representações dos alunos do sexo masculino sobre o conteúdo dança nas aulas de Educação Física escolar. **Lecturas Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, ano 15, n. 144, maio 2010.
- GESSER, Marivete; OLTRAMARI, Leandro Castro; PANISSON, Gelson. Docência e concepções de sexualidade na educação básica. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 27, n. 3, p. 558-568, dez. 2015.
- LEITE, Liana Gois; FEIJÓ, Jane Patrícia; CHIÉS, Paula Viviane. QUAL O GÊNERO DO BRINCAR? Aprendendo a ser “menino”.... Aprendendo a ser “menina”. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 28, n. 47, p. 210-225, maio/2016.
- LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade: O “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2003a. p. 41-52.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 2003b.
- LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: Ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- NICOLINO, Aline; OLIVEIRA, Valléria Araújo de. “Ocupar a quadra”, empoderando meninas: ampliando diálogos sobre futebol e gênero nas aulas de educação física. **Cadernos de Formação RBCE**, [s.l.], p. 61-70, set. 2020.

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 10, n. 01, p. 155–167, 2002.

ROSA, Marcelo Victor da; SOUZA, Marizete de Oliveira; BORGES, Andrey Monteiro. Preconceito contra a mulher na educação física escolar no nono ano. **Revista Práxis**, Novo Hamburgo, ano 17, n. 1, p. 102-117, jan./abr. 2020.

SCHÖNARDIE, Marina Gomes *et al.* “Não torço pra nenhum time, não sei as regras e se me convidam pra jogar eu não jogo”: a relação das meninas menos habilidosas com o conteúdo futebol/futsal nas aulas de Educação Física. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 35, n. 66, p. 1-17, 2023.